

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Masetto, Marcos Tarciso

Competência pedagógica do professor universitário / Marcos Tarciso
Masetto. – 2. ed. rev. – São Paulo: Summus, 2012.

Bibliografia.

ISBN 978-85-323-0783-5

1. Avaliação educacional 2. Educação baseada na competência
3. Ensino superior 4. Métodos de ensino – Planejamento
5. Professores universitários – Formação profissional – I. Título

11-01516

CDD-378

Índice para catálogo sistemático:

1. Competência pedagógica: Ensino superior : Educação 378



Compre em lugar de fotocopiar.
Cada real que você dá por um livro recompensa seus autores
e os convida a produzir mais sobre o tema;
incentiva seus editores a encomendar, traduzir e publicar
outras obras sobre o assunto;
e paga aos livreiros por estocar e levar até você livros
para a sua informação e o seu entretenimento.
Cada real que você dá pela fotocópia não autorizada de um livro
financia um crime e ajuda a matar
a produção intelectual em todo o mundo.



MARCOS TARCISO MASETTO

COMPETÊNCIA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

Editora executiva: **Soraia Bini Cury**

Editora assistente: **Salete Del Guerra**

Projeto gráfico e diagramação: **TypoDesign**

Capa: **Acqua Estúdio Gráfico**

Impressão: **Sumago Gráfica Editorial Ltda.**

Summus Editorial

Departamento editorial

Rua Itapicuru, 613 – 7º andar
05006-000 – São Paulo – SP

Fone: (11) 3872-3322

Fax: (11) 3872-7476

<http://www.summus.com.br>

e-mail: summus@summus.com.br

Atendimento ao consumidor

Summus Editorial

Fone: (11) 3865-9890

Vendas por atacado

Fone: (11) 3873-8638

Fax: (11) 3873-7085

e-mail: vendas@summus.com.br

Impresso no Brasil

Processo de avaliação e processo de aprendizagem

O título deste capítulo já é uma mensagem. Os professores dizem que vão tratar da avaliação e de imediato não aparece referência à prova ou a outras técnicas avaliativas; em seu lugar surge a questão do processo de avaliação aliado ao processo de aprendizagem.

Como o leitor já percebeu, todo o livro está voltado para o processo de aprendizagem de alunos do ensino superior, e esse mote não poderia estar ausente quando se vai discutir a avaliação.

Com efeito, se os professores do ensino superior se dispusessem a fazer todas as alterações que defendem ao longo destas páginas, modificando suas aulas, utilizando novas tecnologias, selecionando

conteúdos significativos, desenvolvendo um relacionamento adulto com a turma, pondo em prática uma mediação pedagógica, e ao final não alterassem a avaliação, ou seja, continuassem fazendo uma avaliação como em geral se faz nas instituições, em nada teriam adiantado todas as mudanças, pois para o aluno tudo continuaria sendo decidido nas provas e todo o trabalho inovador e participante durante o ano não teria tido nenhum outro valor. Esse comportamento seria o mesmo que colocar uma pá de cal sobre as inovações pedagógicas e mais uma vez perder a confiança dos alunos.

Essa reflexão inicial não é exagerada nem descabida, uma vez que o risco é muito grande. O autor deste livro já examinou uma pesquisa de mestrado que procurava demonstrar a validade do uso de tecnologias de informação e comunicação para aprendizagem de alunos do curso de matemática, porém, em determinados resultados, inesperadamente a hipótese não se confirmava. Discutindo com a mestrandia, ficou claro que o problema viera da não adequação do processo de avaliação a todas as inovações que haviam sido realizadas.

Este capítulo será desenvolvido em duas partes: processo de avaliação (conceito e princípios norteadores) e técnicas avaliativas.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO: CONCEITO E PRINCÍPIOS NORTEADORES

Este item fará o leitor refletir sobre o conceito de avaliação que os professores têm. Em geral, ele foi formado com base em experiências escolares, nem sempre gratificantes; mediante a observação de como faziam os professores; e pela imitação daqueles que, para nós, melhor avaliavam. E como é esse conceito?

$$AV = P + N \rightarrow A/R \rightarrow JA: \text{Avaliação} = \text{prova} + \text{nota}$$

Isso leva o aluno à aprovação ou à reprovação. Em qualquer situação o aluno se sente julgado (JA) pelo professor, de cujos critérios depende para “passar”.

Se fosse perguntado aos alunos o que é avaliação, será que a resposta seria muito diferente da que foi apresentada anteriormente? Acredita-se que não. E se fosse perguntado qual dos elementos constantes da expressão acima é o mais importante, há dúvidas de que a resposta seria a nota? Basta lembrar das atitudes dos alunos quando não obtêm a nota-para passar: “Professor, o que posso fazer para arredondar minha nota e passar de ano? Um trabalhinho? Outra prova? Uma nova série de exercícios?” Faz-se qualquer coisa para tirar a nota necessária para passar de ano.

Agora, se fosse feita a mesma pergunta aos professores – “O que você entende por avaliação?” – a resposta seria diferente daquela dada pelos alunos? Alguns acham que sim. Um professor que, considerando-se 5 a nota mínima para aprovação, aprova alunos com nota 5,2 ou 5,4, e reprova com 4,8 ou 4,6, e se dispõe a discutir com o aluno porque foi 5,2 e não 5,5, 4,8 e não 5, 4,6 e não 5 está demonstrando ao aluno que ele também se orienta pela nota. E o que representa a nota para o professor? Mesmo que provenha das mais aperfeiçoadas fórmulas para calcular, a nota não representa senão o cômputo ou índice de acertos e erros que o aluno teve em uma, duas, três ou mais provas. Nada mais do que isso. E é o que o professor valoriza.

Caso contrário, professores que aprovam alunos com nota 5,3 e reprovam com 4,5 teriam dificuldades para responder à seguinte questão: qual a diferença entre aprendizagem e competência para o exercício da profissão, para a qual a disciplina ministrada colabora, entre um aluno que tirou nota 4,5 e outro que tirou 5,3, a tal ponto que um possa continuar seus estudos e outro deva repeti-los?

O que está faltando no conceito de avaliação exposto nas atitudes tanto de alunos como de professores? Está faltando o elemento que fundamenta a avaliação, que é a aprendizagem. Nem mesmo os alunos estão preocupados com aprender, pois o que lhes interessa é a nota. Quanto aos professores, estão interessados em que o aluno aprenda sua matéria, mas os instrumentos que utiliza para avaliar não levam em conta o processo de aprendizagem. Por exemplo, são provas ou trabalhos, em geral, voltados para medir informações que os alunos disponibilham em determinado momento, em circunstâncias de tensão, nervosismo, por vezes provocadas pelo próprio professor em alguns momentos durante o ano. Nem os demais aspectos importantes da aprendizagem, como competências, habilidades e atitudes, são avaliados, assim como o processo de desenvolvimento do aluno também não é acompanhado.

Na verdade, as atividades na escola acontecem em dois movimentos paralelos e não integrados. Um é o das atividades desenvolvidas durante a maior parte do tempo nas aulas ou em atividades extraclasses: este tem pouco ou nenhum valor quando se trata de avaliação, pois para nada é considerado. Outro é o movimento das provas, que acontece no menor espaço de tempo se for considerado o ano letivo, mas tem todo valor porque decide a aprovação ou reprovação.

E agora pergunta-se: em qual dos dois momentos ocorre o processo de aprendizagem? Só no primeiro? Só no segundo? Certamente nos dois momentos juntos, desde que estejam integrados, isto é, que a avaliação acompanhe o processo de aprendizagem, valorizando todas as atividades realizadas durante o período letivo, e as técnicas avaliativas sejam usadas para ajudar o aluno a aprender e não apenas para classificá-lo em situação de aprovação e reprovação.

Por isso, a seguir, reflete-se sobre o processo de avaliação de aprendizagem e de técnicas avaliativas.

O QUE SE ENTENDE POR PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM EM UM CURSO SUPERIOR?

Na prática docente, seja pela cultura escolar, pelas experiências pessoais ou pela tradição dos cursos universitários, a avaliação traz consigo a ideia de nota, de poder, de aprovação ou reprovação, de autoridade, de classificação de alunos para os mais diversos fins.

Todos os professores querem que seus alunos aprendam, mas nem todos estão atentos a algumas características do processo de aprendizagem. Embora na teoria saibam que as pessoas são diferentes, não são homogêneas, que os ritmos de aprendizagem variam de um para outro e até mesmo no próprio indivíduo, dependendo de uma série de circunstâncias, na verdade agem de forma contraditória ao elaborar um plano para todo o grupo, sem flexibilidade para ritmos diferentes entre os alunos, para situações de erro, para dificuldades maiores na consecução dos objetivos. Quando se dão conta dessas questões, tratam-nas como problemas que aparecem quando não deviam e surgem para complicar as atividades docentes ou atrasar o programa.

A imagem que se tem de um processo de aprendizagem é semelhante a uma linha diagonal, em contínua ascensão, com movimento uniforme, sem obstáculos ou dificuldades, que se destina ao infinito. Percebe-se que esse processo de aprendizagem é ascensional e contínuo, mas sabe-se também que não se percorre tal caminho sem dificuldades, sem idas e vindas, e sim com muitos erros e correções, às vezes com certa lentidão ou de forma muito rápida. O movimento ascensional não é uniforme e sem obstáculos. E o que mantém o professor nesse processo? O que o incentiva a não se desanimar nessas situações? O que o acompanha nessa caminhada? É o processo de avaliação.

Esta é, com efeito, a primeira grande característica de um processo de avaliação: estar integrado ao processo de aprendizagem

como elemento de incentivo e motivação para ela. É também a primeira diferença em nossa prática: os professores não estão acostumados a ver a avaliação como incentivo à aprendizagem, mas como identificadora de resultados obtidos.

A segunda característica decorre da primeira: como o processo de avaliação poderá incentivar e motivar o processo de aprendizagem? Pelo acompanhamento do aprendiz em todos os momentos de seu processo de aprendizagem, seja quando ele se envolve muito bem e alcança os objetivos esperados para aquela atividade proposta seja quando não conseguiu realizar a tarefa, não a concluiu, ou até a cumpriu, mas não atingiu o objetivo proposto e necessita de informações e orientações que o ajudem a completar o que faltou, refazer a atividade solicitada ou ainda realizar outra atividade que o ajude a aprender o que precisa.

Essa informação não poderá aparecer depois e apenas em forma de nota, pois esta não oferece as informações citadas anteriormente – deve surgir imediatamente e como informação descritiva, escrita ou oral, que permita o diálogo entre professor e aluno. Ao aluno, para perceber o interesse do professor pela sua aprendizagem e não apenas por melhorar sua nota; ao professor, para escolher a melhor orientação para aquele aluno ou aquele grupo.

Trata-se do *feedback* contínuo, presente em todas as fases do processo de aprendizagem, e não apenas nos momentos esporádicos de uma prova, seja ela mensal, bimestral ou semestral, pois, entre umas e outras, muita coisa se aprendeu, outras não, e muitas destas não foram e nem serão jamais recuperadas. Não é preciso dar exemplo disso, os professores são exemplos vivos.

Com essa característica, o processo de avaliação ganha uma dimensão diagnóstica porque permite verificar se a aprendizagem está sendo alcançada ou não, e o porquê; uma dimensão prospectiva quando oferece informações sobre o que fazer dali

por diante para um contínuo reiniciar do processo de aprendizagem até atingir os objetivos finais; e uma dimensão de avaliação formativa enquanto acompanha o aprendiz durante todo o processo e em todos os momentos.

Insiste-se em que o processo de avaliação está integrado ao processo de aprendizagem. Este resulta da inter-relação de, pelo menos, três elementos: o aluno que procura adquirir aprendizagens; o professor, cujo papel é o de colaborar para que o aluno consiga seu intento; e um plano de atividades que apresente condições básicas e suficientes que permitam ao aprendiz atingir seu objetivo.

Assim sendo, o processo de avaliação que procura oferecer elementos para verificar se a aprendizagem está se realizando ou não deve conter em seu bojo uma análise não só do desempenho do aluno, mas também da atuação do professor e da adequação do plano aos objetivos propostos.

Deve-se avaliar o desempenho do aluno, isto é, se ele realiza ou não o que foi planejado e se o realiza adequada ou inadequadamente.

Tal afirmação questiona o modo de ser de muitos professores que, por sua experiência, se dizem capazes de identificar logo no início do curso, decorridas as primeiras semanas, os que “não querem nada com nada”. E mediante essas primeiras impressões rotulam seus alunos e os classificam definitivamente em uma ou noutra categoria, permitindo que essa classificação condicione daí para a frente seu relacionamento com eles.

E as consequências desses julgamentos *a priori* são bem conhecidas: os alunos considerados bons ou sérios têm praticamente garantida sua aprovação, porque até mesmo seus erros ou suas faltas serão relevados, e os considerados malandros ou que “não querem nada com nada” terão de lutar e muito contra uma reprovação quase certa.

A afirmação questiona também outra atitude de professores que afirmam ser capazes de julgar ao final do semestre ou do ano quais alunos devem ser aprovados ou reprovados, analisando “no conjunto”, de modo geral, seu aproveitamento do curso ministrado.

Quando se fala que o processo de avaliação deverá estar voltado para o desempenho do aluno, quer-se dizer que é importante acompanhar o desenvolvimento pelo desempenho concreto em cada uma das atividades e procurar o máximo de objetividade para colaborar com a evolução dele em direção aos objetivos.

Mais uma vez: não se trata de ter uma ideia geral sobre o aluno para lhe dar uma nota e, então, aprová-lo ou não. Trata-se de saberem, o professor e o aluno, se as atividades propostas foram bem executadas pelo aluno e se isso o ajudou de fato a crescer e aprender. Na segunda hipótese, o que esse aluno, considerado bom ou mau, deverá fazer para aprender o que lhe foi proposto.

Deve-se avaliar o desempenho do professor. Não se trata de certos tipos de avaliação de professores que são realizados no final de semestre ou de ano, quando instituições ouvem os alunos com o objetivo de decidir sobre a continuidade do contrato do professor. Também não se trata daquelas avaliações dos professores por ocasião do final da matéria, mas antes de dar as notas, querendo ouvir os alunos sobre sua disciplina e sua atuação como educador. Essa situação é constrangedora para os alunos.

Refere-se a uma situação de avaliação do desempenho do professor dentro do processo de aprendizagem. Isso quer dizer que o professor deve buscar informações com a classe sobre as ações, atitudes e comportamentos que ele tem perante os alunos individualmente ou em grupos e que estão colaborando ou não para o processo de aprendizagem. A avaliação não é para saber se o professor é “bonzinho”, se é “legal”, se “bate-papo na hora do intervalo”, se é simpático, se “topa brincadeiras” etc. A avaliação deve

incidir sobre as ações que o professor vem realizando em classe ou fora dela, as quais ajudam ou não os alunos em seu processo de aprendizagem. Essa é a informação de que o professor precisa para refletir sobre como melhorar sua colaboração como docente.

Com efeito, muitos casos de não aprendizagem se explicam não por um desempenho inadequado do aluno, mas por falta de preparação do professor, sua improvisação, falta de planejamento e de flexibilidade na aplicação de um plano, textos muito longos e em grande quantidade ou muito complexos, desconhecimento ou não aplicação de técnicas pedagógicas adequadas aos objetivos propostos.

Por isso, há necessidade de avaliar as ações do professor. Sugerem-se avaliações duas vezes em cada semestre, com um intervalo de mais ou menos dois meses entre elas, de forma que as sugestões de mudança possam ser viabilizadas ainda naquele semestre.

Pode-se organizar uma técnica em que os grupos se misturem duas vezes, na ausência do professor, para que tenham maior liberdade de expressão e se sintam mais à vontade. Não interessa ao professor saber “quem disse o quê” sobre suas ações, mas quais informações podem ser trazidas para ajudá-lo a melhorar seu desempenho perante aquele grupo específico. Com essas informações, dialoga-se com os alunos para verificar o que é possível e necessário ser alterado.

Deve-se avaliar a adequação do plano estabelecido. Mesmo quando o plano do curso é feito com os alunos, sua implementação pode trazer dificuldades, por exemplo, com as técnicas escolhidas, textos selecionados, organização das atividades, conteúdo proposto, processo de avaliação instituído de fato, cronograma estabelecido. Quando fatos como esses e outros semelhantes se sucedem, o não aproveitamento no processo de aprendizagem por

parte dos alunos acontece, não por responsabilidade ou alguma deficiência do aluno, mas por questões do próprio programa, que necessita de urgente modificação.

Sugere-se, assim como se fez com a avaliação de desempenho do professor, que durante o semestre se proceda a uma avaliação do programa a cada dois meses, ouvindo os alunos e com eles debatendo sobre como o programa está favorecendo a aprendizagem ou as dificuldades que ele vem apresentando para verificar as possíveis mudanças necessárias ainda para aquela turma.

Essa observação é cabível porque muitos professores fazem tal avaliação ao final do semestre ou do ano, colhendo informações para planejar a disciplina para o próximo ano. A atitude é louável. O risco que se corre é que as observações feitas por uma turma podem não valer para outra, já que os grupos são muito diferentes. Daí a necessidade de usar as informações para alterações possíveis nas atividades com a mesma turma que as apresentou.

O processo contínuo de avaliação deverá contar com a *heteroavaliação*. Heteroavaliação quando se recebem informações de outras pessoas que colaboram para o desenvolvimento do processo de aprendizagem. Estas podem ser o próprio professor, os colegas de turma em atividades coletivas, profissionais ou especialistas quando em visitas técnicas, sites programados etc.

Entende-se por autoavaliação a capacidade das pessoas de se darem conta de seu processo de aprendizagem e serem capazes de oferecer a si as informações necessárias para desenvolver sua aprendizagem, capacidade que exige o desenvolvimento de habilidades como a de observar a si mesmo, comparar e relacionar seu desempenho com os objetivos propostos, além de atitudes como honestidade pessoal para reconhecer tanto seus sucessos como suas falhas, evitando as tradicionais desculpas.

Isso está muito longe do que, em geral, se pensa ou às vezes até se faz com o nome de autoavaliação: entregar uma folha de papel em branco para que o aluno se atribua uma nota em tal disciplina, nota esta que será levada em conta quando o professor for dar a nota definitiva.

Fala-se de informações para aprendizagem. Trata-se de uma atividade que, para ser realizada com eficácia, supõe a existência de um clima de cooperação e confiança entre professor e aluno, mas se constitui em um dos instrumentos mais preciosos para que o aprendiz tome consciência do processo de aprendizagem e assuma sua participação nele.

Em geral, os alunos não sabem se autoavaliar. Eles precisam aprender. Para isso, é necessária orientação para as primeiras vezes. Aprendem na terceira ou quarta autoavaliação. Sugerem-se de duas a três autoavaliações por semestre.

Como orientar as primeiras autoavaliações? Deixar bastante claro para os alunos que devem identificar os seguintes pontos na redação da autoavaliação:

- Os objetivos que deveriam ter sido aprendidos até aquele momento da autoavaliação.
- Atividades realizadas e *feedbacks* do professor ou dos colegas quais dos objetivos foram alcançados.
- O que em seu trabalho e em seu envolvimento pessoal facilitou a consecução dos objetivos.
- O que em seu trabalho e em seu envolvimento pessoal impediu ou dificultou a consecução dos demais objetivos.
- Que outras aprendizagens adquiriu além daquelas previstas.
- Que sugestões tem para melhorar seu envolvimento e sua participação na próxima unidade.

Mesmo com essas orientações ou com outras semelhantes, percebe-se que o aluno dificilmente conseguirá fazer uma

autoavaliação na primeira oportunidade. Nesta, em geral, ainda vai prevalecer uma avaliação das aulas, do curso, dos colegas, do grupo, do professor, menos dele próprio. Sugestão: lê-se a autoavaliação e pede-se que seja refeita caso não se constitua como tal. Só assim ele vai aprendendo.

O *processo de avaliação precisa ser planejado*. Não poderá acontecer seguindo a inércia da marcação de provas pelo professor ou pela instituição que obedecem apenas a um cronograma, sem nenhuma relação com o processo de aprendizagem. Não se pode continuar com dois processos paralelos: um de aprendizagem e outro (independente) de avaliação.

De que critérios deve-se lançar mão para planejar a avaliação? Embora a resposta possa parecer óbvia, vale a pena alguma consideração.

Com efeito, se é feito um trabalho para aprender e a aprendizagem se corporifica em objetivos educacionais a serem alcançados, precisa-se saber se esses objetivos foram alcançados. Consequentemente, esses serão os critérios que orientarão o professor para planejar a avaliação.

São os objetivos que dizem “o que avaliar”, “de que forma avaliar”, “qual instrumento ou técnica utilizar para avaliar”, “o que registrar e de que forma”, “como discutir o aproveitamento da atividade” e “qual o encaminhamento” a ser combinado com o aluno tendo em vista o reiniciar do processo de aprendizagem.

A clareza sobre os objetivos a serem alcançados e o método de avaliação é de fundamental importância para aluno e professor para lhes oferecer segurança quanto ao comportamento de ambos: o aluno sabendo aonde deverá chegar e os passos que deverá percorrer para isso; o professor sabendo quais as aprendizagens a serem obtidas pelo aluno e os referenciais pelos quais poderá perceber se de fato foram ou não atingidas.

Em todo processo de avaliação requer-se uma capacidade de observação e de registro por parte do professor e, se possível, por parte do aluno também. Como já explicitado, o processo de aprendizagem é dinâmico e, em geral, ascendente em direção aos objetivos propostos. Não se trata de um movimento ascendente linear. Ele se compõe também de desvios e retrocessos. Todavia, sempre exige, por parte do professor, uma cuidadosa observação (e sabe-se que essa é uma habilidade que precisa ser aprendida), sobretudo quanto ao que se relaciona com a aprendizagem, bem como uma troca de ideias entre ele e o aluno para encaminhamento posterior, que tanto poderá servir para que o aluno se desenvolva mais e com maior rapidez, como para que ele ou o professor corrija determinadas falhas em seus desempenhos, ou o plano seja mais bem adaptado.

Essas observações precisam ser transformadas em registros que permitam ao professor ter dados concretos sobre o desenvolvimento de cada aluno e condições para encaminhar uma entrevista ou um comentário por escrito a ele procurando orientá-lo individualmente ou em grupo, de forma concreta, objetiva e direta.

Sem um registro que possa ser manuseado rapidamente e com confiabilidade, não será possível ter os dados necessários para orientação e correção do risco de fazer somente aquele comentário geral que permite, sem nenhuma complexidade, dar uma nota a todos.

Com efeito, a ausência de registro:

- fará com que os encaminhamentos e as orientações tendam para generalidades que tanto podem servir para todos os alunos como para ninguém;
- impedirá de, como professores, dar orientação precisa para que cada aluno possa corrigir suas falhas e aprender;
- dificultará a percepção da dinâmica do processo de aprendizagem dos alunos.

Os dados registrados constituirão o banco de dados que dará o caráter de objetividade à avaliação.

E como fica a questão da nota nesse processo? A nota, o conceito (A, B, C), aprovado e não aprovado, sempre estarão presentes nas instituições de educação. A existência desses símbolos não é problema. A questão é definir o que eles de fato devem representar.

Se o significado for apenas o índice de acertos e erros que o aluno teve em uma ou diferentes provas ou trabalhos e sua média, sem dúvida não se colocam de modo coerente com os princípios que se desenvolvem e defendem a respeito do processo de avaliação.

A nota ou o conceito deverá simbolizar o aproveitamento que o aluno teve em todo o seu processo de aprendizagem. Significa valorizar todas as atividades realizadas durante o processo de forma que a prova mensal ou bimestral não seja a única ou a mais importante para definir a nota, pois no momento em que isso ocorrer automaticamente se desvalorizarão as demais atividades que são fundamentais para a aprendizagem.

As sugestões oferecidas para ao mesmo tempo atribuir uma nota ou outro símbolo à aprendizagem e valorizar todo o processo são duas.

A primeira é pontuar todas as atividades realizadas, incluindo-se as provas mensais ou bimestrais, mas como uma das atividades com valores semelhantes aos de outras, e mediante essa pontuação chegar a uma nota ou um conceito. Essa sugestão já é usada por vários professores com resultados positivos. Pessoalmente, o autor não foi feliz trabalhando dessa forma. Seus alunos não se desprenderam do conceito de nota e continuaram a calculá-la e estudar em função dela. Ele não conseguiu que os alunos se interessassem por aprender.

A segunda é a que melhor se adaptou ao trabalho dele. Organizou a disciplina em três ou quatro unidades de trabalho

por semestre. Para cada uma definiu claramente os objetivos a serem alcançados, combinou as atividades e estratégias que iria realizar, selecionou os conteúdos e acenou como seria o processo de avaliação. Cada atividade merecia um comentário descritivo por escrito ou oralmente, do professor ou dos colegas, acerca de os objetivos estarem sendo alcançados ou não, e se o diagnóstico fosse negativo imediatamente se apresentavam sugestões de como corrigir ou nova oportunidade para refazer o que havia sido pedido. Os *feedbacks* seriam sempre voltados para o crescimento ou não do aluno e para novas oportunidades de aprender. Ao final de cada unidade, professor e alunos têm consciência se os objetivos daquela unidade foram atingidos ou não.

No término do bimestre ou do semestre, conforme exigência da instituição, o autor fechava a avaliação com a autoavaliação dos alunos, desde que eles já tivessem aprendido a realizá-la bem. Juntos, faziam uma descrição de como se desenvolveu o processo de aprendizagem durante aquele período e buscavam uma nota ou um conceito que representasse o que foi aprendido. Na experiência dele, poucos foram os casos em que tal processo não deu certo. Na sua quase totalidade, os resultados foram satisfatórios.

TÉCNICAS AVALIATIVAS

Após as considerações sobre o conceito e processo de avaliação, surge invariavelmente uma pergunta: como colocar tais princípios em prática? Um dos caminhos é o *uso correto das técnicas avaliativas*.

Como visto anteriormente, técnica é um instrumento e como tal precisa estar adequada a um objetivo determinado e ser eficiente em sua colaboração. Como a avaliação é um processo em

função da aprendizagem, deduz-se que os objetivos da aprendizagem são os que definirão as técnicas avaliativas. Como os objetivos educacionais são diversos, várias e diferentes também serão as técnicas necessárias para avaliar se a aprendizagem está sendo obtida ou não. Sabe-se que são inúmeras as técnicas de avaliação que estão à disposição. Algumas delas devem ser comentadas, talvez as mais usadas, para seu funcionamento ser analisado.

TÉCNICAS PARA AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM COGNITIVA

Para poder oferecer um *feedback* aos alunos no que diz respeito ao seu desempenho na área cognitiva, costumam-se usar as seguintes técnicas:

1. Prova discursiva ou dissertação

Conceituação: o professor apresenta questões, perguntas ou temas para serem respondidos ou percorridos pelo aluno com grande liberdade ou espontaneidade. O estudante livremente formulará, organizará, abreviará ou ampliará as respostas ou dissertações. A única restrição à resposta está no verbo constante das restrições: compare, confronte, identifique, apresente argumentos a favor e/ou contra, dê exemplos, relacione, sintetize, defina, critique, sugira etc.

Avalia: cabedal de conhecimentos; lógica nos processos mentais; justificação de opiniões; capacidade de síntese; capacidade de selecionar, relacionar e organizar ideias; clareza de expressão; soluções criativas; atitudes, preferências.

Limitações: mediante várias pesquisas realizadas, sabe-se que a subjetividade influencia muito na avaliação de provas desse tipo; número restrito de questões abrangendo uma amostra limitada

de matéria; pela sua aparente facilidade de preparação, favorecem a improvisação por parte do professor; em geral, só há *feedback* para o aluno se sua resposta estava certa ou errada, perdendo-se a riqueza de encaminhamentos sobre outros aspectos da aprendizagem que ela poderia medir.

2. Prova oral, entrevista

Conceituação: a prova oral constitui-se de perguntas e respostas orais. As perguntas em geral são previamente planejadas e rigidamente seguidas, podendo, no entanto, sofrer variações de acordo com as respostas do aluno. Com base nestas, o professor pode avaliar até que ponto aconteceu a aprendizagem do aluno no que diz respeito ao conteúdo estudado. Permite, ainda, avaliar a capacidade do aluno de se expressar oralmente.

Avaliação: profundidade e extensão dos conhecimentos; opiniões, julgamentos, apreciações, tendências; habilidades de se expressar oralmente.

Limitações: grande grau de subjetividade ao se atribuir uma nota; as incompatibilidades e a empatia entre examinador e examinando exercem papel importantíssimo; as reações dos alunos são contraditórias: há os que ficam totalmente bloqueados e os que se sentem perfeitamente à vontade, o que influencia o comportamento e as respostas deles; seu valor está nitidamente relacionado com a aptidão de quem a conduz.

3. Prova com consulta

Trata-se de uma técnica que, por não ser bem compreendida, não é usada adequadamente. Confunde-se “prova com consulta” com “prova com possibilidade de usar material para responder às perguntas”. Técnica que coloca o aluno em uma situação profissional simulada. Traz para a graduação a situação que se vive

na profissão quando se é consultado para dar uma assessoria e é necessário tempo para pesquisa, estudos e análises antes de oferecer uma resposta esperada.

A prova com consulta sempre consiste em uma situação-problema que o aluno é incapaz de resolver imediatamente com seus próprios conhecimentos. Após pesquisar, estudar, deverá apresentar uma solução para o problema, a justificativa teórica da solução apresentada, e demonstrar as fontes usadas para sua pesquisa.

O *feedback* incluirá informação sobre a solução apresentada, uma análise da fundamentação teórica, e o que é mais específico dessa técnica: informação sobre a qualidade das fontes usadas. Aliás, essa é a informação mais importante nessa técnica.

O tempo para aplicação dessa técnica é de uma ou duas semanas de trabalho fora de sala de aula. Em nada se parece com o que em geral se faz e chama de prova com consulta: permite-se a consulta de material para responder às perguntas de uma prova discursiva em um espaço de duas ou quatro horas.

4. Prova com teste de múltipla escolha

Essa técnica é muito usada por professores devido à facilidade e ao tempo relativamente curto para sua correção. Tem por objetivo avaliar a compreensão de todos os conceitos e teorias de uma área relativamente extensa. Não se dispõe de outro recurso para avaliação. No entanto, para que ela seja eficiente e eficaz precisa ser elaborada por quem domina a arte de sua construção, que não é simples. Supõe um grande planejamento dos conceitos a serem avaliados, das alternativas a serem usadas (que serão outros conceitos), diminuir o grau de aleatoriedade dela (que chega a 20%) e criar algumas questões controladoras de outras. Enfim, não é

fácil de ser construída, mas se bem-elaborada pode ser um ótimo recurso de avaliação de conhecimentos do aluno.

5. Prova com questões de lacunas

Essa técnica pode ser usada, por exemplo, após uma aula expositiva, palestra ou conferência, estudo teórico feito quando se quer avaliar o grau de compreensão e fixação do conteúdo por parte dos alunos. São apresentadas frases incompletas cujo espaço em branco pode ser preenchido por uma única interpretação. Uma vez preenchidas, as respostas são discutidas em plenário para que todos os alunos possam conferir o que já compreenderam.

Uma variante dessa técnica é a prova constituída de *questões falso ou verdadeiro*, que servem para medir a identificação de relação de causa-efeito, a distinção de opiniões, de conhecimentos de fatos específicos. Constroem-se afirmações que deverão ser qualificadas pelos alunos como falsas ou verdadeiras em um primeiro momento. Posteriormente, podem-se debater as questões. Atualmente, essa técnica serve apenas para uma informação rápida sobre a compreensão de um assunto.

6. Estudo de caso

Essa técnica tem por objetivo avaliar o conhecimento e sua aplicação a determinada situação-problema. Com efeito, em um estudo de caso, o aluno deverá resolver a situação apresentada e fundamentar teoricamente sua decisão. Trata-se de demonstrar que possui os conhecimentos dele esperados e sua aplicação correta na situação indicada. Cabe aqui também o chamado caso clínico, que em geral é uma situação real para ser analisada e realizada.

Os estudos de caso podem servir também para avaliar habilidades e atitudes, dependendo dos objetivos propostos para ser aprendidos por meio deles.

7. Trabalhos e monografias

Por último, é muito comum que professores usem trabalhos e monografias como técnicas para avaliar os conhecimentos dos alunos. Trata-se de uma técnica interessante e adequada, que permite ao aluno desenvolver várias aprendizagens.

Com efeito, escrever um trabalho ou monografia exige que o aluno aprenda a buscar informações que se completem, fichá-las, compará-las, analisá-las, criticá-las, trazer teorias e conceitos que ampliem suas informações que por vezes se contradizem, exigindo aprofundamentos maiores.

Organizar essas informações em um texto que tenha introdução, desenvolvimento do pensamento e do argumento, que explicita o tema estudado, e conclusão é a nova aprendizagem.

A redação final do texto, com as características de clareza e lógica de pensamento, coerência na argumentação, correção de linguagem e apresentação estética, complementará a aprendizagem do aluno nessa atividade.

Como se percebe, o aluno não tem condições de fazer sozinho todo esse trabalho. Se não puder contar com a orientação do professor em cada parte e no todo, ele não conseguirá concluir a tarefa. O acompanhamento do professor é tão necessário como o que foi descrito anteriormente no capítulo sobre a técnica de ensino com pesquisa.

Esse acompanhamento por parte do professor é fundamental para que se evitem situações um tanto frequentes, quando o professor reclama que o aluno copiou o trabalho de seu colega ou da internet, que o aluno não sabe fazer um

trabalho etc. Estas situações acontecem quando o professor “manda o aluno fazer um trabalho para entregar depois de duas semanas, um mês ou dois meses” e não acompanha sua confecção.

TÉCNICAS PARA AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM DE HABILIDADES

1. Observação

É a técnica mais usada quando se quer dizer ao aluno se ele já é capaz de usar o conhecimento adquirido em situações profissionais. Essa observação acontece em aulas práticas, atividades profissionais simuladas, laboratórios, visitas técnicas, estágios, clínicas. O professor acompanha o aluno no momento de sua ação, podendo observá-lo e lhe dar *feedback* adequado em tempo real e de forma oral. Permite o diálogo, o debate, os esclarecimentos, as correções e os aperfeiçoamentos.

A observação sempre exige um roteiro. O interessante seria construí-lo com a colaboração dos alunos para que tenham clareza do que se está avaliando e registro das observações que permita clareza, concretude, objetividade nas informações e consequente possibilidade de diálogo com eles. Comentários gerais sem indicação precisam do ponto a ser corrigido ou aperfeiçoado, não surtem efeito de aprendizagem nem permitem diálogo com os alunos.

2. Lista de verificação (ou *check-list*)

Conceituação: trata-se de uma lista de palavras, frases ou parágrafos que descrevem aspectos específicos de comportamento a serem verificados durante a observação do trabalho de um aluno.

Avalia: a presença ou ausência de determinadas habilidades observadas no desempenho concreto do aluno. Por exemplo, em

um estágio do curso de medicina, o professor pretende avaliar o desempenho de seus alunos quanto à habilidade de realizar um exame físico no paciente e de se relacionar com ele. A seguinte lista de verificação foi utilizada:

- sequência exigida no exame físico;
- técnica estudada de percussão;
- técnica estudada de palpação;
- paciente tranquilizado quando do exame físico;
- dar oportunidade ao paciente de fazer perguntas;
- ouvir as respostas do paciente;
- indicação do que o paciente deve fazer em seguida.

Limitações: lista que deverá ser utilizada continuamente durante um lapso de tempo significativo. Caso contrário, os comportamentos serão adotados somente no período de observação e, a seguir, abandonados. Trata-se, portanto, de um exemplo claro de como avaliação e aprendizagem se integram no mesmo processo, levando o aluno a um aperfeiçoamento gradual.

3. Prova prática

Conceituação: são as provas que requerem equipamentos, laboratórios, máquinas, enfermarias, atividades de campo, salas de aula, escritórios-modelo, situações simuladas etc. É quando os alunos devem agir mostrando aquisição de conhecimentos e habilidades motoras e intelectuais para uso dos equipamentos necessários e desempenho adequado das tarefas ou atividades propostas.

4. Diário de curso

Consiste no registro diário e conciso das atividades realizadas pelo aluno, descrevendo-as e criticando-as; seu relacionamento

com os objetivos propostos, a forma de sua apresentação, as reações do aluno sentiu e quaisquer outras reações referentes aos colegas, ao professor ou à turma como um todo; e tudo o mais que achar pertinente registrar. Alguns professores lhe dão mais a característica de registro de pequenas descobertas ou *insights* que ocorrem durante o dia em termos de seu estudo, de sua pesquisa, de sua vivência na escola. A comunicação dessas observações aos alunos poderá ajudá-los a desenvolver melhor sua aprendizagem.

TÉCNICAS PARA AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM DE ASPECTOS AFETIVOS

Praticamente as técnicas explicadas anteriormente, no item 1 do tópico anterior, sobre a observação e suas derivações servem para avaliar o crescimento afetivo e emocional dos alunos em aula.

TÉCNICAS PARA AVALIAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE ATITUDES E VALORES

Pode-se contar com as mesmas técnicas descritas anteriormente, como diário de curso, estudo de caso, entrevista, trabalhos ou monografias, para oferecer *feedback* aos alunos quanto ao desenvolvimento de atitudes e valores.